



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social.....	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final.....	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico.....	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais políticas contabilísticas	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação.....	5
3.1.1.2	Políticas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas.....	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas.....	13
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	13
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
5	Ativos Intangíveis	15
6	Inventários.....	16
7	Rendimentos e Gastos.....	16
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
9	Benefícios dos empregados.....	18
10	Acontecimentos após data de Balanço	18
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
12	Outras Divulgações.....	19

12.1	Outras contas a receber	19
12.2	Diferimentos.....	19
12.3	Outros Ativos Financeiros	20
12.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	20
12.5	Fundos Patrimoniais	20
12.6	Fornecedores.....	21
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	21
12.8	Outras Contas a Pagar	21
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	22
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	22
12.11	Outros rendimentos e ganhos.....	22
12.12	Outros gastos e perdas.....	23
12.13	Resultados Financeiros.....	23



1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo



2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 15 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como



rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Loações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a

continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Nada a referir

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir



Handwritten signature and stamp in blue ink, likely representing the responsible officer or auditor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2 877 764,41 €	151 219,93 €				3 028 984,34 €
Equipamento básico	366 340,92 €	6 442,90 €				372 783,82 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	147 125,54 €	7 696,81 €				154 822,35 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €					23 446,82 €
Investimentos em Curso	125 166,60 €			-125 166,60 €		
Total	3 601 900,93 €	165 359,64 €	0,00 €	-125 166,60 €	0,00 €	3 642 093,97 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	809 521,09 €	215 423,80 €				1 024 944,89 €
Equipamento básico	227 795,66 €	29 950,30 €				257 745,96 €
Equipamento de transporte	48 374,10 €	4 560,84 €				52 934,94 €
Equipamento administrativo	102 907,54 €	11 354,11 €				114 261,65 €
Outros Ativos fixos tangíveis	18 390,29 €	4 050,87 €				22 441,16 €
Total	1 206 988,68 €	265 339,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 472 328,60 €

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2 787 904,62 €	89 859,79 €				2 877 764,41 €
Equipamento básico	357 905,53 €	8 435,39 €				366 340,92 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	138 338,20 €	8 787,34 €				147 125,54 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €					23 446,82 €
Investimentos em Curso		125 166,60 €				125 166,60 €
Total	3 369 651,81 €	232 249,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 601 900,93 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	606 026,35 €	203 494,74 €				809 521,09 €
Equipamento básico	196 020,03 €	31 775,63 €				227 795,66 €
Equipamento de transporte	43 813,25 €	4 560,85 €				48 374,10 €
Equipamento administrativo	81 346,55 €	21 560,99 €				102 907,54 €
Outros Ativos fixos tangíveis	14 339,39 €	4 050,90 €				18 390,29 €
Total	941 545,57 €	265 443,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 206 988,68 €

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		13 507,49 €		13 507,49 €	
Total	0,00 €	13 507,49 €	0,00 €	13 507,49 €	0,00 €

Descrição	2017				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		3 253,70 €		3 253,70 €	
Total	0,00 €	3 253,70 €	0,00 €	3 253,70 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 021 841,05 €	983 401,85 €
Juros	3 023,24 €	1 995,92 €
Total	1 024 864,29 €	985 397,77 €

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	637 444,90 €	615 814,92 €
Outros subsídios	44 235,52 €	30 908,49 €
Total	681 680,42 €	646 723,41 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	965 822,56 €	1 083 680,92 €
Câmara Municipal de Matosinhos	431 940,92 €	481 227,06 €
Donativos particulares	112 508,73 €	122 736,81 €
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	174 121,59 €	193 682,44 €
Total	1 684 393,80 €	1 881 327,23 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2018 e 2017 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do CSPPAFP, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil e com a aquisição de viaturas, que estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi e em 31/12/2017 foi de 73.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	804 945,74 €	766 212,90 €
Indemnizações	1 517,65 €	587,25 €
Encargos sobre as Remunerações	180 109,91 €	171 842,56 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 797,80 €	10 196,66 €
Outros Gastos com o Pessoal	40 555,79 €	43 975,22 €
Total	1 037 926,89 €	992 814,59 €

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 27 de Março de 2019.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	52 554,49 €	31 137,20 €
Outros Devedores	7 618,92 €	4 276,26 €
Total	60 173,41 €	35 413,46 €

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 457,16 €	3 469,89 €
Outros gastos a reconhecer	3 247,46 €	2 666,71 €
Total	6 704,62 €	6 136,60 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	151,25	
Total	151,25	0,00

12.3 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
BCP-Obrigações Subordinadas		8 931,42 €
Total	0,00 €	8 931,42 €

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	536,32 €	112,10 €
Depósitos à ordem	84 760,40 €	29 095,72 €
Depósitos a prazo	217 500,00 €	223 500,00 €
Total	302 796,72 €	252 707,82 €

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	240 533,95 €	15 446,62 €		255 980,57 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 882 024,23 €		196 933,43 €	1 685 090,80 €
Total	2 122 558,18 €	15 446,62 €	196 933,43 €	1 941 071,37 €

O acréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2017, conforme deliberado pela Direção.

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se, respetivamente, ao subsídio concedido pela Câmara municipal de Matosinhos (ver nota 8) e a imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.11)

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	84 364,56 €	97 414,68 €
Total	84 364,56 €	97 414,68 €

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	9,23 €	22,85 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	29 002,98 €	30 388,89 €
Total	29 012,21 €	30 411,74 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	41 374,01 €	478,86 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 525,60 €	5 205,50 €
Segurança Social	20 708,74 €	19 623,67 €
Total	67 608,35 €	25 308,03 €

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		6,00 €		12,00 €
Fornecedores de Investimentos		18 809,44 €		22 295,24 €
Credores por acréscimo de gastos		142 348,15 €		131 601,51 €
Outros credores		6 050,15 €		3 708,13 €
Total	0,00 €	167 213,74 €	0,00 €	157 616,88 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2018 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2019.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	637 444,90 €	615 814,92 €
Subsídios de outras entidades	44 235,52 €	30 908,49 €
Total	681 680,42 €	646 723,41 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	307 673,02 €	307 731,98 €
Serviços especializados	78 758,84 €	107 183,20 €
Materiais	31 784,81 €	34 620,97 €
Energia e fluidos	60 616,81 €	58 293,72 €
Deslocações, estadas e transportes	429,20 €	453,00 €
Serviços diversos	72 694,37 €	71 731,46 €
Encargos com utentes	3 550,64 €	2 183,91 €
Total	555 507,69 €	582 198,24 €

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	47 939,27 €	58 997,18 €
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,07 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	201 611,58 €	199 372,67 €
Total	249 550,85 €	258 369,92 €

O saldo da rubrica “outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 196.933,43 relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados.

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	58,72 €	1 295,17 €
Perdas em inventários		
Outros Gastos e Perdas	20 363,18 €	20 790,27 €
Total	20 421,90 €	22 085,44 €

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7 081,32 €	8 555,69 €
Multas e penalidades		114,25 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,61 €	0,76 €
Total	7 081,93 €	8 670,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 023,24 €	1 995,92 €
Total	3 023,24 €	1 995,92 €
Resultados Financeiros	-4 058,69 €	-6 674,78 €

PERAFITA, 27 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

João José Gomes Soares

A Direção

Refr. António de Jesus Barros
João José Gomes Soares

João José Gomes Soares

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2018

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2018	31 REG 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 169 765,37	2 394 912,25
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		9 333,56	6 247,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 179 098,93	2 401 159,86
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	1 103,22
Estado e outros entes públicos		29 012,21	30 411,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		6 704,62	6 136,60
Outros ativos correntes		60 173,41	44 344,88
Caixa e depósitos bancários		302 796,72	252 707,82
		398 686,96	334 704,26
		2 577 785,89	2 735 864,12
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		255 980,57	240 533,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 685 090,80	1 882 024,23
		1 941 071,37	2 122 558,18
Resultado líquido do período		56 309,74	15 446,62
Total dos fundos patrimoniais		1 997 381,11	2 138 004,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		206 227,72	261 063,12
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		206 227,72	261 063,12
Passivo corrente			
Fornecedores		84 364,56	97 414,68
Estado e outros entes públicos		67 608,35	25 308,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		54 839,16	56 456,61
Rendimentos a reconhecer		151,25	0,00
Outros passivos correntes		167 213,74	157 616,88
		374 177,06	336 796,20
Total do passivo		580 404,78	597 859,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 577 785,89	2 735 864,12

A Direcção
Reitor António Carlos Soares
Assessor João Carlos Soares
Assessor Carlos

O responsável

João José Gomes Soares



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Índice

1. Identificação da Entidade	2
2. Síntese	2
3. Volume de negócios	3
4. Utentes	4
5. Eventos e atividades.....	5
6. Situação Contributiva	5
7. Pessoal.....	5
8. Investimentos	6
9. Financiamento	7
10. Gastos	7
11. Rendimentos	11
12. Resultados.....	12
13. Perspetivas para 2017.....	12
14. Agradecimentos.....	13



1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possui as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

2. Síntese

Em 17/01/18, comemoramos orgulhosamente o nosso 30º aniversário.

Ao longo destas três décadas, foram vários os momentos que marcaram a evolução e o crescimento da Instituição. Iniciamos a atividade com uma valência e atualmente contamos com seis.

Desde o lançamento da primeira pedra em 15/01/84 até ao presente passamos por várias etapas e desafios que nos fizeram crescer, aprender e melhorar.

A nossa missão é “*estar consigo ao longo de tooda a vida*”, e por isso procuramos ser uma Instituição de referência apostando no profissionalismo, na exigência e no rigor a que nos propomos.

Atualmente prestamos serviço a 251 utentes e contamos com cerca de 100 colaboradores que direta ou indiretamente trabalham connosco.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições às crianças e aos idosos que nos são confiados, procuramos uma melhoria contínua dos nossos serviços. Assim, no ano de 2018, foram feitos investimentos nos edifícios, em equipamento básico e em equipamento administrativo,

O resultado líquido de 2018 reflete uma gestão consciente e cuidada que permita manter a sustentabilidade da Instituição.



3. Volume de negócios

Em 2018, o volume de negócios apresentou um ligeiro aumento na ordem dos 3,9%. Esta percentagem justifica-se pelo fato de não se terem verificado oscilações significativas na média anual de utentes, conforme referido na Nota 4.

As valências que registaram as maiores subidas, foram a Creche II e a ERPI, enquanto que a valência da Creche I e do Centro de Dia registaram a maior descida.

Detalhe:

Área	2018	2017	Variação
Infância			
Creche I	64 316,50 €	65 527,25 €	-1,85%
Creche II	37 725,75 €	34 022,25 €	10,89%
Pré-escolar	113 998,20 €	110 127,50 €	3,51%
<i>Subtotal</i>	<i>216 040,45 €</i>	<i>209 677,00 €</i>	
Sénior			
Centro de dia	59 849,01 €	60 958,34 €	-1,82%
Centro de Convívio	3 706,00 €	3 710,95 €	-0,13%
ERPI	742 245,59 €	709 055,56 €	4,68%
<i>Subtotal</i>	<i>805 800,60 €</i>	<i>773 724,85 €</i>	
Total	1 021 841,05 €	983 401,85 €	3,91%



4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3ª idade. A média anual de utentes foi de 251, uma diminuição não significativa de 1% comparativamente a 2017 em que a média se cifrava em 253. Para estes 251 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	27	28	35
Pré-escolar	73	75	75
<i>Subtotal</i>	<i>135</i>	<i>138</i>	<i>151</i>
Sénior			
Centro de dia	36	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI	60	30	60
<i>Subtotal</i>	<i>116</i>	<i>80</i>	<i>140</i>
Total	251	218	291



5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2018, cada uma das áreas (infância e sénior) organizou e cumpriu com o vasto calendário de atividades a que se propôs.

É relevante referir que desde o ano de 2015, que a Instituição organiza e realiza um Congresso Nacional.

Tendo como objetivo direcionar este tipo de evento para as duas áreas de intervenção da Instituição.

Este ano por questões operacionais, a realização do congresso programado para o ano de 2018, não pôde ser realizado, tem sido adiado para Fevereiro de 2019.

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 73 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram seis pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, cinco pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção, e uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção+.

A bolsa ocupacional é comparticipada pelo IEFP em 50% na medida CEI e em 90% na medida CEI+. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

Além dos 73 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;



Podologia;
Nutrição;
Advocacia;
Consultoria financeira.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.

8. Investimentos

Durante o ano de 2018, o montante de investimentos feito foi de 40.193,04€. A este montante acresceram as imobilizações que estavam em curso no final do exercício de 2017, no valor de 125.166,60€, totalizando 165.359,64€.

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	151 219,93 €
Equipamento básico	6 442,90 €
Equipamento administrativo	7 696,81 €
Total	165 359,64 €

Edifícios e Outras construções

A Instituição, concluiu em Fevereiro de 2018, a sala Padre Luís Mateus. Foi colocado um envidraçado, piso e parcialmente teto falso.

Foram instaladas barreiras de controlo de acessos automóvel e foi construída uma cobertura em polietileno no recreio das crianças para proteção das condições climatéricas.

Equipamento básico

Foram apetrechados alguns quartos de utentes da ERPI, com sistemas de elevadores de cama e com guardas laterais.

Foram também adquiridos mais armários vestiários para os colaboradores.

Equipamento administrativo

Foram adquiridos e instalados sistemas de ar condicionado para o gabinete médico e da receção.



9. Financiamento

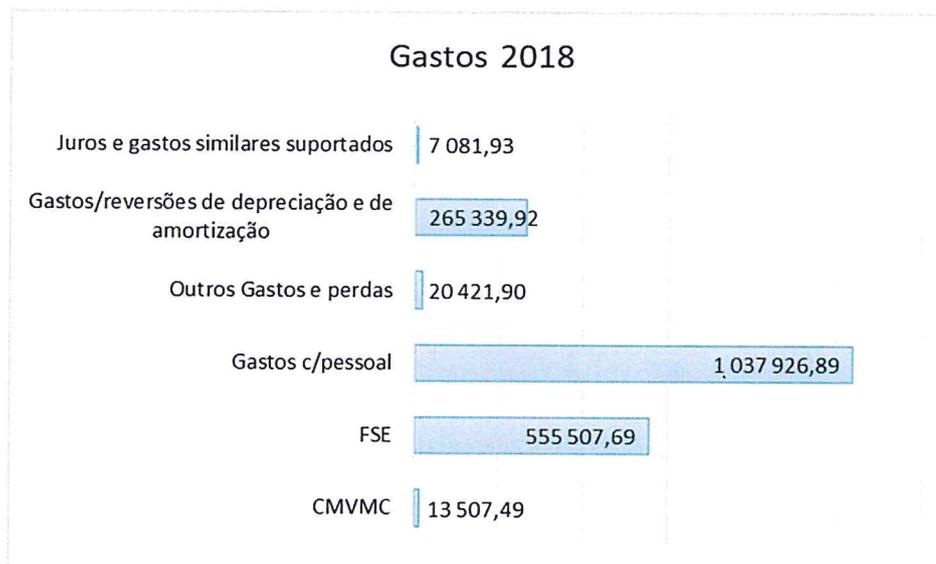
Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2018, o montante de 238.933,12€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

Durante o ano de 2018, a Instituição cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a Instituição bancária.

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 1.899.785,82€ representando um acréscimo residual de 1,3% face a 2017.



7



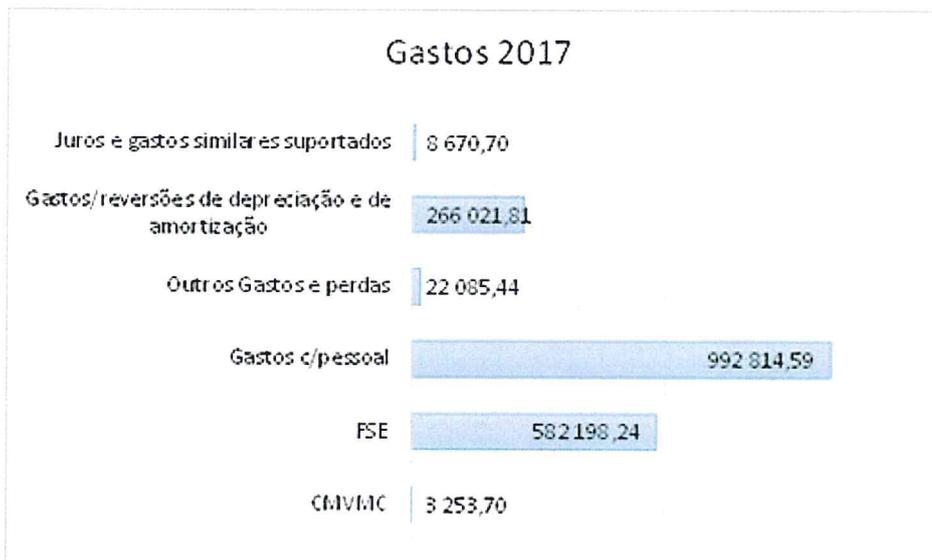
No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir:

A rubrica de CMVMC representa o maior acréscimo de 315,41%. Este aumento é justificado pela alteração da forma de alimentação de alguns utentes mais debilitados, da ERPI.

A rubrica de gastos com pessoal representa um aumento de 4,54% resultante da atualização legal do salário mínimo nacional em Janeiro de 2018.

Importa ainda referir que foi feita uma gratificação ao pessoal no montante de 5.710,00€. Esta atribuição, teve por base o processo de avaliação de desempenho iniciado pelo Centro Padre Ângelo em 2017.

Em contrapartida a rubrica de juros e gastos similares registou um decréscimo de cerca de 18%, resultante do menor capital em dívida do empréstimo atrás referido.





À data de 31 dezembro de 2018, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	30
Ajudante de Ação Educativa	14
Ajudante de cozinha	3
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	3
Diretora Técnica área Infância	1
Diretora Técnica área Sénior	2
Educador de infância	5
Escriturário	4
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	5
Total	73



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

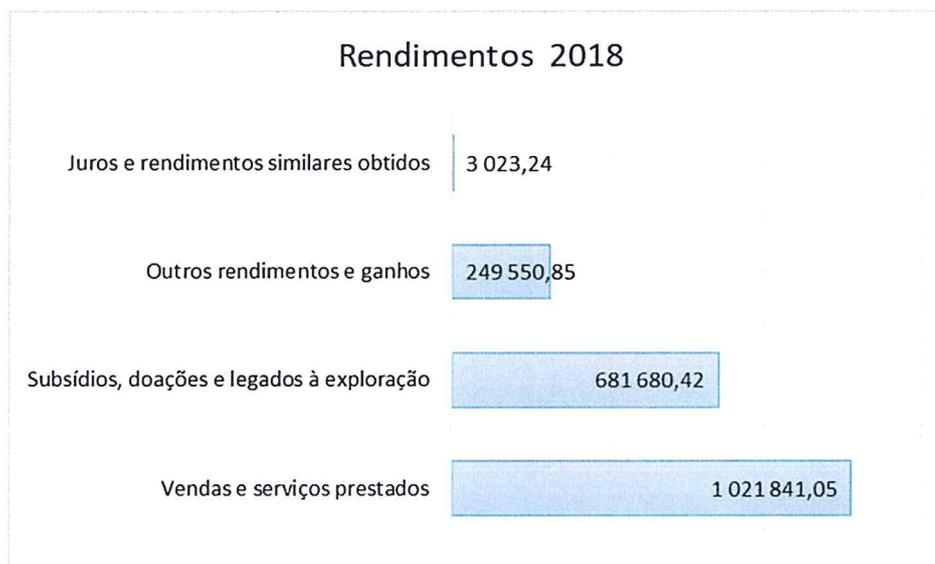
Conta	Valor	%
Subcontratos	307 673,02 €	55,39%
Serviços especializados	78 758,84 €	14,18%
Materiais	31 784,81 €	5,72%
Energia e Flúidos	60 616,81 €	10,91%
Deslocações, estadas e transportes	429,20 €	0,08%
Serviços diversos	72 694,37 €	13,09%
Encargos com utentes	3 550,64 €	0,64%
Total	555 507,69 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE. A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e de manutenção.



11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2018, todas as rubricas apresentaram variações pouco significativas. Excetua-se a rubrica de juros e rendimentos similares obtidos, onde se verificou um aumento de 51,47%. Esta variação é justificada pelo recebimento de juros de depósitos a prazo constituídos pela Instituição





12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2018 foi positivo no montante de 56.309,74€ (Cinquenta seis mil trezentos e nove euros e setenta e quatro cêntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2019

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade das operações em todas as valências, de forma que os compromissos assumidos e os que se possam vir a ser assumidos estejam garantidos.

Será de realçar o pedido de alargamento da ERPI feito ao Instituto da Segurança Social, cujo parecer técnico foi positivo, estando apenas a aguardar o fecho a nível nacional do programa POPH, pois no âmbito deste programa o n/processo individual está concluído/encerrado.

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Apetrechamento da sala “Padre Luís Mateus” com mobiliário, estores e sistema de som.
- Instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia com consequente redução da fatura energética atual;



14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 27 de Março de 2019

A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre José António de Sousa Barros

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa